

DISCURSO DO PROFESSOR HELENO TAVEIRA TORRES AO RECEBER A MEDALHA SANTO IVO:

Excelentíssimo senhor Professor Titular **Renato de Mello Jorge Silveira**, nosso Presidente do IASP, que toma posse nesta data, em nome de quem saúdo todos os membros da Mesa.

Excelentíssimo senhor Ministro do Supremo Tribunal Federal, Professor **Alexandre de Moraes**, em nome de quem saúdo as demais autoridades aqui presentes.

Excelentíssimo senhor Diretor desta egrégia Faculdade de Direito, Professor Titular **Florian Peixoto de Azevedo Marques**, em nome de quem saúdo todas as professoras e professores presentes.

Excelentíssima senhora Ministra **Ellen Gracie**, em nome de quem saúdo a todos os presentes neste ato.

Minhas senhoras, meus senhores. A todos, minha sincera gratidão por sacrificarem seus compromissos para virem a este encontro.

Permitam-me, antes de tudo, recitar a **oração** de Santo Ivo:

“Glorioso Santo Ivo, lírio da pureza, apóstolo da caridade e defensor intrépido da justiça, vós que, vendo nas leis humanas um reflexo da lei eterna, soubestes conjugar maravilhosamente os postulados da justiça e o imperativo do amor cristão, assisti, iluminai, fortalecei a classe jurídica, os nossos juízes e advogados, os cultores e intérpretes do Direito, para que nos seus ensinamentos e decisões, jamais se afastem da equidade e da retidão. Amem eles a justiça, para que consolidem a paz; exerçam a caridade, para que reine a concórdia; defendam e amparem os fracos e desprotegidos, para que, pospostos todo interesse subalterno e toda afeição de pessoas, façam triunfar a sabedoria da lei sobre as forças da injustiça e do mal. Olhai também para nós, glorioso Santo Ivo, que desejamos copiar os vossos exemplos e imitar as vossas virtudes. Exercei junto ao trono de Deus vossa missão de advogado e protetor nosso, a fim de que nossas preces sejam favoravelmente despachadas e sintamos os efeitos do vosso poderoso patrocínio. Amém.”

Não tenho palavras o suficiente para expressar o quanto me emociono ao receber do Colégio de Presidentes dos Institutos de Advogados do Brasil, na pessoa do seu Presidente, o Dr. Helio Gomes Coelho Junior, a outorga da **Medalha Santo Ivo**, a sua Comenda oficial, ao mesmo tempo que partilho da alegria de ver o meu caro amigo, o Professor Titular de Direito Penal desta casa, **Renato de Melo Jorge Silveira**, assumir a presidência do IASP. Atos independentes, unidos apenas pelas circunstâncias do destino, mas que são sobremodo significativos para mim.

Recebe a missão de continuar a obra maiúscula do Presidente **José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro**, que engrandeceu a missão e trouxe notável fortalecimento institucional ao IASP.

Disse **Antônio Houaiss**, o mestre do Dicionário que leva o seu nome, ao ingressar na Academia Brasileira de Letras: “*Se algumas lições a vida me deu, uma é esta: em momentos assim, é mister ser breve.*” Eis um exemplo ao qual espero seguir com fieldade, ainda que a gratidão me impulsione para afirmar a importância deste momento tão auspicioso.

Qual maior alegria poderia esperar? Receber, de forma inesperada, uma **homenagem** pública concedida pelos **pares**, nobres e honrosos advogados, pela virtude de ser professor, e ter reconhecidas as obras escritas e a vida dedicada ao Direito, esta foi, sem dúvidas, uma surpresa que muito me emociona. Um orgulho que dedico aos meus descendentes, Augusto e Vittorio, ao lado da minha esposa Raquel.

O momento é de agradecer aos eminentes presidentes e membros do Colégio de Presidentes pela generosidade em confiar-me a Medalha Santo Ivo. A saudação do meu conterrâneo **Antonio Mário** soma a esta honraria o vínculo com minha história de vida e relação com as origens da minha formação.

Orgulho-me de ser professor desta Faculdade das Arcadas do Largo de São Francisco, tanto quanto de ter sido estudante da Faculdade de Direito do Recife. Entre ambas, surgidas do mesmo Decreto régio de 1827, berço do ensino jurídico em nosso País, construí minha personalidade e amadureci meus conhecimentos.

Esta comenda é evidência de que o trabalho permanentemente dedicado às causas da justiça recompensa. Por isso quero, aqui, saudar a todos os pares que tiveram semelhante honraria, como o Professor Miguel Reale Júnior, desta Faculdade, Carlos Ayres Britto, Rubens Approbato Machado, Pedro Gordilho, Paulo Saboya, Renê Ariel Dotti, Orlando Gomes, Humberto Theodoro Junior e Carlos Mário da Silva Veloso.

A advocacia brasileira, privada e pública, é um orgulho para toda a nação. E, deste corpo de homens e mulheres éticos e qualificados, têm-se os quadros dos Institutos de Advogados. Os mais célebres e notáveis, os mais dedicados e afeitos aos diálogos elevados, reúnem-se para tratar das grandes questões nacionais, da justiça e do Direito.

O papel do advogado é cada vez mais relevante na sociedade. Por isso, não podemos cessar de defender suas qualidades e prerrogativas, como uma defesa das liberdades e dos direitos de todos os cidadãos e da sociedade.

Nesta semana, em artigo assinado por *Antonio Claudio Mariz de Oliveira, Ives Gandra Martins e Renato Silveira*, vimos o clamor destes juristas pela necessária defesa da advocacia, atualmente sob intenso ataque daqueles que propugnam, por bandeiras políticas, o fim do exame de ordem. Renovaram, com firmeza, a importância da qualificação profissional daqueles que atuam na proteção das liberdades, na garantia da propriedade e dos direitos de personalidade de toda a sociedade.

A Comenda de Santo Ivo surgiu no Colégio de Presidentes por sugestão do meu querido e fraterno amigo, **Antônio Luiz Calmon Teixeira**, quando Presidente do Instituto dos Advogados da Bahia, e tem por finalidade agraciar a “*advogado que tenha contribuído para a administração da Justiça, pautando sua atividade profissional com rigor ético e constante aprimoramento técnico, sendo pessoa de reputação ilibada e a serviço do direito, da Justiça, da Cidadania, contribuindo decisivamente para a consolidação, respeito e garantia do Estado de Direito.*”

Deveras, o recebimento desta medalha não é um gesto de vaidade, mas fonte de lembrança, a cada discurso, da memória e inspiração de Santo Ivo pelo exemplo, como estímulo fecundo à integração da sociedade em torno aos valores que tanto cultivou. Por conseguinte, receber esta medalha implica a “missão” de prosseguir firme nos mesmos valores que a inspiraram.

A medalha enaltece a vida e a obra de Santo Yves Hélyory de Kermartin. Foi franciscano, da Ordem Terceira de São Francisco, nasceu em 17 de outubro de 1253, em Tréguier, Bretanha, e faleceu a 19 de maio de 1303 no mesmo lugar.

E eis que estamos no solo sagrado do que já foi parte da Igreja de São Francisco e que se une à nossa Faculdade como uma extensão da sua denominação desde sempre.

Consta ter Santo Ivo patrocinado forte oposição a Felipe IV, “o Belo”, contra injusta tributação cobrada pelo então Rei da França. Relatam que o próprio Santo se dirigia aos nobres e imperadores para reclamar o alimento, o cavalo ou os bens tomados dos pobres sob o pretexto de impostos não pagos. Eram tempos de cobranças de impostos *in natura*.

Em mensagem, no aniversário de 700 anos de Santo Ivo, assim escreveu João Paulo II:

“O testemunho das pessoas simples dos campos, recolhido na época do processo de canonização, é sem dúvida a homenagem mais bonita que se possa prestar àquele que consagrou toda a sua vida ao serviço de Cristo, ajudando os pobres como magistrado, como advogado e como sacerdote. Santo Ivo comprometeu-se na defesa dos princípios da justiça e da igualdade, atento a garantir os direitos fundamentais da pessoa, o respeito da sua dignidade primeira e transcendente, e a salvaguarda que a lei lhe deve garantir.”

Para então concluir:

“’Na Bretanha não existe sequer um só, nem outro santo como Santo Ivo’”. Estas palavras, tiradas do cântico a Santo Ivo, exprimem todo o fervor e a veneração com que as multidões de peregrinos, juntamente com os seus Bispos e os seus sacerdotes, mas também todos os magistrados, advogados e juristas, continuam a honrar, ainda hoje, aquele que a piedade popular definiu como ‘o pai dos pobres’”.

Nunca haverá “justiça” sem “defesa” e sem “advogados”. Daí **Álvaro Fernando Mota**, Presidente do Instituto dos Advogados Piauienses, ao descrever os dez Conselhos de Santo Ivo aos advogados, destacar que deve o “advogado buscar a justiça não como uma conquista, mas como um ato de amor sublime e desinteressado, pois, conforme é proposto pelo santo padroeiro da advocacia, “o advogado deve amar a justiça e a honradez tanto como as meninas dos olhos”. E quem ama a justiça deve buscá-la sempre.”

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

Que seja, pois, minha paga de gratidão tecida pela criação jurídica de muito do que possa servir a todos sem qualquer expectativa de méritos ou retornos pessoais.

Na Bíblia, há um ensinamento primoroso, segundo o qual as boas obras devem ser praticadas em segredo, no íntimo do coração, sem publicidade ou exposição. Eis a passagem:

“Ao contrário, quando deres esmola, que a tua mão esquerda não saiba o que faz a tua mão direita, de modo que a tua esmola fique oculta”. (Mateus 6,3-4).

À sociedade brasileira devo tudo o que sou. Estudei em universidade pública, fui bolsista em mestrado e doutorado e sou docente de universidade pública. Portanto, esta sociedade merece não apenas “esmolas”. Merece o meu melhor. Tudo o quanto possa devolver e retribuir o farei, com sentimento de amor e gratidão, permanentemente. No plano da aplicação prática dos meus conhecimentos, tenho trabalhado incansavelmente na formulação de soluções para os mais graves problemas do nosso País, com diversas soluções que já se converteram em projetos de lei ou mesmo em legislação de importante eficácia. De igual modo, sirvo à minha Universidade, sem cessar, tanto na esfera acadêmica quanto naquela de gestão.

E está aqui o Professor Titular Ignácio Poveda, na representação do nosso Magnífico Reitor da USP Vahan Agopyan, com quem tenho compartilhados os labores do nosso Conselho Universitário, dentre outras tantas funções.

Espero sempre contribuir, dentro das minhas possibilidades, com as grandes reformas do Estado. Precisamos urgente de uma “reforma tributária”, pela qual o Brasil possa voltar a ser competitivo e mais justo com seus pagadores de impostos. Precisamos de uma “reforma do Estado”, mormente pelo seu aspecto financeiro e orçamentário, para reduzir seus gastos e aumentar os controles internos e externos das contas públicas. Precisamos de uma “reforma da dívida pública” e da “previdência” social, sem que isso signifique sacrificar direitos adquiridos ou mudanças que acarretem insegurança jurídica. Precisamos aprimorar o combate à corrupção. E precisamos, igualmente, reformular o modelo de “solução de conflitos em matéria tributária”, para assegurar celeridade do recebimento de tributos, mas igualmente capacidade de defesa dos cidadãos e empresas contra injustas e ilegais cobranças.

Como esclarece **EDGAR MORIN**, “*necessita de que a maioria dos cidadãos acredite na democracia. Mas, do mesmo modo que o consenso, a democracia necessita de diversidade e antagonismos.*” E justifica:

“A democracia supõe e nutre a diversidade dos interesses, assim como a diversidade de idéias. O respeito à diversidade significa que a democracia não pode ser identificada com a ditadura da maioria sobre as minorias; deve comportar o direito das minorias e dos contestadores à existência e à expressão, e deve permitir a expressão das idéias heréticas e desviantes. Do mesmo modo que é preciso proteger a diversidade das espécies para salvaguardar a biosfera, é preciso proteger a diversidade de idéias e opiniões, bem como a diversidade de fontes de informação e de meios de informação (imprensa, mídia), para salvaguardar a vida democrática.”

Numa síntese, nossa sociedade necessita passar por aquilo que **Morin** chama de “*regeneração democrática*”, o que “*supõe a regeneração do civismo, (e) a regeneração do civismo supõe a regeneração da solidariedade e da responsabilidade, ou seja, o desenvolvimento da antro-po-ética.*” Portanto, somente por regeneração ética e de virtudes comprometidas com valores, como são todos aqueles que asseguram liberdade e segurança, mas também pelo combate firme à corrupção e garantia de amplo cumprimento da legalidade, na segurança jurídica da sociedade, que poderemos romper nossos grilhões de atraso e resistência ao desenvolvimento em plenitude.

É certo que não haverá saída fácil. E muito menos fora da Constituição, que deve ser o único parâmetro de atuação do Estado Democrático de Direito, como limite imanente segundo os valores que incorpora. Se queremos um Estado de justiça, esta terá que valer para todos, nas suas máximas possibilidades.

Mister, pois, erradicar qualquer esperança em projetos pessoais de salvacionismos. Como disse **Joaquim Nabuco**: “*o pior parlamento é melhor do que a melhor ditadura*”. Deveras, para superar nossas crises, que isso se opere por meio da política, do direito e dos valores democráticos. A sociedade brasileira precisa acreditar e confiar na democracia e amar, respeitar sua Constituição, na qual todos os sonhos são possíveis.

Como disse **Padre Vieira**, “*para falar ao vento bastam palavras, para falar ao coração são necessárias obras*”. Daí a gratidão por ser lembrado pelas obras realizadas, pelas sementes plantadas, pelas ideias lançadas ou pelas soluções conquistadas em prol de toda a sociedade.

O dever do jurista e das autoridades deve ser a promoção de um Estado confiável, no qual as expectativas de condutas sejam controláveis, onde persista previsibilidade das condutas e certeza jurídica quanto aos direitos e obrigações.

Necessitamos de convicta afirmação da **supremacia da democracia na Constituição**, como condição para a interpretação de suas regras e esteio para estabilidade de nossas instituições democráticas.

A sociedade precisa acreditar e confiar na **democracia** e respeitar sua **Constituição**. Não existe poder fora dos limites instituídos pela Constituição e legitimado pelo sufrágio universal. Respeitar estes fundamentos será sempre a maior garantia de uma sociedade solidificada pela continuidade do princípio de Estado de Direito como medida de segurança jurídica e de previsibilidade no porvir.

E, assim, neste **Estado Constitucional**, a única **ideologia** que deve prosperar, mormente nos momentos de crise, há de ser o ***cumprimento fiel da Constituição e dos seus fins e valores.***

Mas é chegada a hora de concluir.

Por isso, quero renovar os **agradecimentos** por essa Comenda de Santo Ivo que tanto me enobrece, com a humildade de quem sabe ser mais um estímulo para prosseguir no caminho trilhado.

Muito obrigado.

HELENO TAVEIRA TORRES

Professor Titular de Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP